

IV - Programa de Consolidação Territorial: os objetivos principais são os de estabelecer a câmara de conciliação para solução da ocupação indígena e retirar os carroceiros e todo o material armazenado por eles;

V - Programa de Uso Público: possui como objetivo sensibilizar a população de Brasília, estudantes da rede pública e privada, universitários, na conservação e proteção da unidade de conservação para os recursos naturais e culturais.

Art. 13. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revoga-se a Instrução Normativa nº 03, de 29 de março de 2019.

CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO DOS SANTOS

ANEXO I



ANEXO II

Tabela 1: Áreas e percentuais do Zoneamento Ambiental da ARIE Cruls

Zona	Área (ha)	Área(%)
Uso Extensivo	11,87	25,60
Uso público	2,40	4,36
Recuperação	5,33	9,68
Uso Conflitante	7,49	13,60
Sobreposição	27,97	50,80
Total	55,06	100

ATA SUCINTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL  
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO RELATÓRIO DE IMPACTO DE  
VIZINHANÇA – RIVI PARA PARCELAMENTO DE SOLO URBANO  
EMPREENHIMENTO: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A

Aos vinte dias do mês de abril de 2021, por meio de evento remoto com transmissão ao vivo pelo Canal do Youtube do Brasília Ambiental, o INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL, realizou a Audiência Pública VIRTUAL de apresentação e discussão do ESTUDO RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – RIVI para PARCELAMENTO DE SOLO URBANO, referente ao licenciamento ambiental do empreendimento denominado MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A, localizado no Quinhão 13 da Fazenda Santa Rita na Região Administrativa de Santa Maria-RA XIII. PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: 00391-00004660/2019-95, TIPO DE LICENÇA: LICENÇA PRÉVIA, TIPO DE ATIVIDADE: PARCELAMENTO DE SOLO URBANO, INTERESSADO/EMPREENDEDOR: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. Empresa Responsável pela Elaboração do Estudo/Relatório: ECOTECH TECNOLOGIA AMBIENTAL E CONSULTORIA LTDA. A Audiência Pública foi aberta pela Chefe de Assessoria de Consulta e Distribuição da SULAM, NATÁLIA DOS ANJOS, às 18h30 mim, o qual presidiu a Audiência e iniciou com as boas vindas e apresentação do novo formato da Audiência Pública realiza em formato virtual, com base na Instrução Normativa nº 27, de 06 de agosto de 2020, e na Resolução nº 494, de 11 de agosto de 2020, em virtude das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal. Após as palavras iniciais e apresentação dos principais pontos do regulamento da audiência pública virtual, tais como formato, canais de participação remoto, foi dada a palavra ao Coordenador do RIVI, ANDRÉ LUIZ DA SILVA MOURA para a apresentação da exposição técnica do estudo. Respeitando o tempo previsto, a exposição técnica abordou os principais pontos dos estudos, o diagnóstico ambiental da área do empreendimento, sua proposta de projeto e implantação, seus aspectos e impactos ambientais e por fim as medidas mitigadoras propostas. Finalizada a exposição, foi respeitado o intervalo de quinze minutos, conforme o formato proposto. Após o intervalo, a audiência foi retomada pela presidente da mesa, onde ocorreu a leitura de questionamentos e suas devidas respostas por parte da empresa responsável pelo estudo ambiental. A palavra foi retomada pela presidente para o encerramento da audiência, que ocorreu as 19h14 mim. O vídeo da audiência pública fica disponível no canal do Youtube do Brasília Ambiental para poder ser acessado posteriormente, bem como as instruções para participação após o encerramento da audiência, dentro do prazo de dez dias. Respeitado o prazo de dez dias, não foram encaminhadas novas contribuições e participações sobre a audiência pública. As instruções relativas aos canais de transmissão e respectivos procedimentos para acesso foram divulgadas previamente, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência da data de realização da audiência pública, no endereço eletrônico [www.ibram.df.gov.br](http://www.ibram.df.gov.br) e ficam disponíveis após o encerramento da Audiência Pública para aqueles que quiserem acessar posteriormente. Os estudos e a documentação podem ser acessados por meio do endereço eletrônico [www.ibram.df.gov.br](http://www.ibram.df.gov.br). A ata sucinta deverá ser anexada ao processo de licenciamento ambiental e publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e no site do BRASÍLIA AMBIENTAL, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de realização da audiência pública. A ata completa deverá ser anexada ao processo de licenciamento e publicada no site do BRASÍLIA AMBIENTAL, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da audiência pública. A Audiência pública transcorreu de maneira adequada e de acordo com o regulamento. CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS, Presidente.